

MOÇÃO SETORIAL

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

LIBERAL

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

LIBERAL

O mundo está à beira de uma nova revolução tecnológica, que irá transformar a economia, a sociedade, e a própria política.

O progresso no desenvolvimento de Inteligência Artificial (IA) acelerou significativamente na última década, com a revolução da tecnologia deep learning que, apesar de já ter sido concebida há várias épocas, tornou-se viável com os enormes avanços na tecnologia de microprocessadores. Na última década, começaram-se a construir modelos especificamente treinados em largos repositórios de linguagem humana na internet, criando os LLMs - Large Language Models. Estes modelos de IA têm demonstrado, também, terem capacidades multimodais: para além de poderem ser treinados e produzir conteúdo de texto, são também capazes de produzir vídeos, imagens e desempenhar algumas tarefas simples em computadores. O mundo ficou a conhecer os LLMs aquando da publicação do ChatGPT, o chatbot baseado no modelo GPT 3.5, criado pela OpenAI, em outubro de 2022.

A OpenAI tem, entretanto, muitos mais competidores, como a Anthropic, a Google Deepmind, a Meta ou o xAI, a maioria deles numa corrida por um objetivo: a criação de uma Inteligência Artificial Geral (abreviado em inglês como AGI), termo originalmente definido pela OpenAI como “sistemas altamente autónomos que superam os humanos na maioria dos trabalhos economicamente valiosos”.

Esta meta deve ser levada a sério. Muitas das figuras centrais no desenvolvimento desta tecnologia, tais como Geoffrey Hinton, Stuart Russel ou Yoshua Bengio estão certos que a atual arquitetura pode atingir esse objetivo com alguns anos de desenvolvimento. Alguns dos maiores céticos, tais como Yann LeCun, da Meta, já admitiram recentemente que podemos estar a dez anos deste marco. Esta deve ser encarada, sem dúvida, como a maior transformação dos nossos tempos. Independentemente da incerteza quanto a este marco, a evolução na qualidade dos modelos ao longo dos últimos anos tem sido exponencial: por mais que a memória de muitos ainda esteja associada ao GPT 3.5, a verdade é que os modelos mais recentes já melhoraram de tal modo em qualidade que existe já uma verdadeira indústria de criação de benchmarks novos para avaliar as capacidades crescentes destes modelos.

Esta aceleração tecnológica sem precedentes traz consigo tanto oportunidades extraordinárias como desafios sistémicos que exigem preparação estratégica. A competição internacional por liderança em IA intensifica-se diariamente, com implicações profundas para a competitividade económica e segurança nacional. Os Estados Unidos e a China já reconheceram a IA como tecnologia crítica para soberania nacional, enquanto a Europa arrisca ficar para trás devido a abordagens regulatórias excessivamente cautelosas.

Portugal encontra-se num momento decisivo. Podemos escolher ser meros espectadores desta revolução tecnológica ou posicionarmo-nos estrategicamente para capturar valor desta transformação histórica.

A Iniciativa Liberal deve defender uma abordagem que maximize oportunidades económicas enquanto constrói capacidade institucional para a gestão prudente dos desafios únicos que esta tecnologia apresenta.

A NOSSA VISÃO ASSENTA EM TRÊS PILARES FUNDAMENTAIS:

1. A criação de um ambiente regulatório que promova inovação responsável sem sufocá-la com burocracia excessiva. Portugal deve evitar ir além de qualquer regulação europeia neste aspeto.
2. A modernização profunda da máquina do Estado através de IA, tornando a administração pública num organismo ágil e eficiente, capaz de servir cidadãos num mundo em rápida transformação.
3. A transformação dos serviços fundamentais do Estado através de IA, maximizando liberdade individual e eficiência institucional.

1. REGULAÇÃO QUE PROMOVA A INOVAÇÃO:

A IA aos dias de hoje vai muito para além dos algoritmos tradicionais a que a esfera de políticas públicas se habituou a referir ao longo da última década. A disponibilização do acesso a estes modelos em aplicações acessíveis publicamente usando a linguagem natural diminui barreiras, e sobretudo custos, de acesso a conhecimento e a competências de raciocínio. Isto coloca enormes desafios políticos. É consensual entre os especialistas que assegurar o controlo total sobre estes modelos, especialmente à medida que se tornam mais capazes, é ainda um desafio técnico difícil.

Ainda há caminho por fazer para assegurar que a operação destes modelos se mantenha alinhada com os interesses humanos, e que somos suficientemente competentes a especificar os objetivos que lhes pretendemos atribuir. Mais do que a existência de regulação, defendemos que é necessário uma economia competitiva e de capital que permita desenvolver estes mecanismos de protecção. Regulação e restrições ao aparecimento de iniciativa individual e inovação prejudicam mais quem se vai ter de “defender” de um mau uso do que o contrário.

Neste sentido, algumas das empresas que lideram neste campo - mas não todas - já desenvolveram algumas boas práticas no desenvolvimento destes modelos que podem e devem ser generalizadas ao ciclo de vida de desenvolvimento de qualquer LLM. Exemplos destas boas práticas são responsible scaling e a publicação de model cards detalhados a especificar, tanto quanto tecnicamente possível, e através do emprego de avaliadores externos, quais as capacidades e os riscos associados a cada modelo.

A OpenAI e a Anthropic já começaram também, por iniciativa própria, a partilhar informação sobre os seus modelos com os AI Safety Institutes do Reino Unido e dos Estados Unidos, antes do seu lançamento no mercado. A introdução destes requisitos para qualquer empresa que pretenda desenvolver LLMs consiste numa regulação leve, mas eficaz a assegurar que existe investimento e partilha de conhecimento

sobre os riscos e capacidades destes modelos. Uma boa regulação é uma regulação flexível que permita continuar este processo de aprendizagem, generalizando boas práticas no mercado e preservando a inovação.

Esta abordagem está longe, contudo, da abordagem mais invasiva adotada não só no EU AI Act, como noutras peças legislativas europeias, que impõem encargos excessivos sobre as pequenas e médias empresas focadas em aplicações de IA com base em LLMs ou algoritmos que nem sequer têm relação com LLMs. É, por isso, fundamental que Portugal não procure adiantar-se à União Europeia e procure respeitar a integridade do mercado interno: o grosso da regulação sobre IA deve ser europeu, para que estas regras sejam uniformes em todo o espaço europeu. Para isso, ainda vamos a tempo de combater o gold plating, tão criticado no relatório Draghi: a prática na qual os Estados-membros inventam regras e exigências novas quando transpõem diretivas.

2. UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MAIS EFICIENTE:

A IA deve ser instrumento de liberalização e democratização de serviços públicos, não de centralização administrativa. Esta transformação digital do Estado não visa expandir o seu poder, mas sim torná-lo mais eficiente e transparente ao serviço dos cidadãos, abandonando a velha lógica da burocracia que se serve a si mesma. A Inteligência Artificial oferece inúmeras oportunidades para tornar a administração pública mais eficiente, promovendo maior agilidade, economia e qualidade nos serviços prestados. Seja na automação de processos repetitivos – como o atendimento ao cidadão para dúvidas frequentes, agendamentos e informações sobre serviços com o recurso a chatbots e assistentes virtuais ou a automação de análise e triagem de documentos, assim como requerimentos, licenças e processos administrativos; seja no planeamento e tomadas de decisão, permitindo antecipar picos de afluência por serviços públicos (saúde, educação, transporte) com base em padrões históricos, identificar alocações mais eficientes de orçamento e pessoal ou na detecção de fraudes com o uso de IA para identificar irregularidades em contratos, benefícios e outros processos.

3. A TRANSFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS DO ESTADO:

A transformação digital do Estado deve começar pelos dados. Defendemos a democratização radical do acesso a **dados públicos** através de um repositório nacional de dados abertos, eliminando taxas desnecessárias e digitalizando arquivos históricos. A transparência não é apenas um princípio liberal – é um catalisador de inovação e eficiência. O custo da gratuitidade é amplamente compensado pelo potencial de escrutínio público e desenvolvimento económico que dados abertos possibilitam.

Na **justiça**, a IA pode ser o instrumento de uma reforma há muito necessária. Através da automatização da análise, assistência na redação e controlo de qualidade, podemos aumentar dramaticamente a eficiência processual sem comprometer a autoridade decisória dos magistrados. A tecnologia deve servir para libertar o sistema judicial da burocracia, não para substituir o julgamento humano.

Na **educação**, a revolução será profunda mas centrada no indivíduo. A IA não deve servir para centralizar ainda mais o sistema educativo, mas sim para libertar o potencial individual através de experiências de aprendizagem personalizadas. Defendemos um ecossistema educativo pluralista, onde IA potencia modelos híbridos incluindo ensino presencial, comunitário e homeschooling. A tecnologia deve amplificar a liberdade de escolha, não limitá-la. A formação de professores e desenvolvimento de currículos podem ser radicalmente melhorados através de IA, enquanto a formação contínua e a educação para adultos se tornam mais acessíveis e eficazes. Mais uma vez a IA ao serviço do Professor, libertando-os de tarefas que os permitam focar-se nos alunos e na sua aquisição de conhecimentos.

Na **saúde**, a IA representa uma oportunidade de revolução na eficiência e qualidade sem comprometer a dimensão humana dos cuidados médicos. Diagnósticos mais precisos, e análises mais rápidas são apenas alguns dos processos dos serviços de saúde que a IA pode apoiar de maneira a democratizar o acesso a cuidados de saúde de qualidade, mais rápidos e eficientes, podendo ainda ter mais impacto na gestão da saúde pública, auxiliando o diagnóstico precoce de doenças ou a gestão de epidemias.

Ou ainda a democratização do acesso digital ao **património cultural público**, que representa uma oportunidade de enriquecimento social sem precedentes. Mais importante do que a criação de uma “Amália GPT” para permitir interações de qualidade em português europeu - um problema temporário - que depressa será ultrapassada, seria mais urgente a digitalização e publicação de documentos históricos portugueses que estejam na esfera do Estado, assegurando a sua integração no processo de treino de futuros modelos de linguagem.

Portugal pode e deve aspirar a mais do que ser mero espectador desta revolução - podemos demonstrar como uma sociedade livre abraça o progresso tecnológico enquanto preserva valores fundamentais. Com uma abordagem verdadeiramente liberal - que combine ambição com preparação responsável - Portugal tem a oportunidade de construir um futuro mais próspero e mais livre, contribuindo positivamente para a maior transformação tecnológica da nossa história.

Mariana Salvaterra - 6801
Jorge Miguel Teixeira - 6249
Bernardo Blanco - 115



Assinado por: Mariana Conde
Búzio Figueiredo Salvaterra
Identificação: B112569224
Data: 2025-01-10 às 23:35:26

Inteligência Artificial Liberal

Ordem	Número	Nome
1	6801	Mariana Salvaterra
2	6249	Jorge Miguel Teixeira
3	115	Bernardo Blanco
4	220	António Costa Amaral
5	2916	Sofia Almeida Garrett
6	560	Rafael Gomes Ferreira
7	471	João Figueiredo
8	1100	Álvaro Gil
9	2901	Beatriz Vieira
10	434	Ricardo Gouveia
11	1680	André Francisco
12	6763	Emanuel Rodrigues
13	378	Luis Areias
14	276	Gonçalo Pinto
15	1797	Afonso Neves
16	1273	Jorge das Neves Freitas
17	6722	Celso Monteiro
18	5564	Manuel Matos dos Santos
19	4843	Nuno Sá
20	1808	Pedro Roque
21	3087	Mariana Folque
22	7153	Ana Carvalho
23	6173	Barbara Carqueja
24	3394	Catarina Almeida Pinto
25	6104	Ricardo Roriz
26	3679	Gonçalo Vedor
27	952	Rodrigo Gonçalves Silva
28	4387	Luís Mateus Reis
29	4122	Pedro Moreira
30	4788	Duarte Oliveira
31	2309	Ricardo Campelo Magalhães
32	7776	Inês Afonso
33	1185	Tiago Silva
34	6604	Miguel Mendes da Rocha
35	5075	Filipe Jesus
36	946	Rui Silva
37	6603	Sónia da Silva e Santos
38	5312	Generosa Brito
39	565	André Fernandes
40	1118	Miguel Martins